

POLÍTICAS PÚBLICAS NA SAÚDE: ANÁLISE PRELIMINAR DA EPIDEMIA ARBOVIRÓTICA DE 2015/2017 E SEUS SEQUELADOS NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Romário Lustosa de Oliveira (1); Andreyra Dessoles Marques (2); Fabiana de Miranda Silva (3);

(1)(2)(3) Mestrandos em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba, romariolustosa@hotmail.com.br; dreyadessoles@yahoo.com.br; fabi_cg@msn.com

Introdução: As políticas públicas estão tão imbricadas em nosso dia a dia que até nosso comportamento é influenciado por elas. Reconhecidas como o conjunto de ações tomadas pelo governo no intuito de assegurar direitos para a população de um determinado país, Estado e município (CAPELLA, 1996; ARRETCHE, 1999; FREY, 2000), as políticas públicas exercem um impacto determinante dentro da sociedade, pois buscam “tirar do papel” e tornar realidade os direitos da população. Construir uma sociedade mais justa, levando para aqueles que mais precisam os serviços básicos para sua sobrevivência e melhoria de qualidade de vida, devem ser os objetivos norteadores de qualquer política pública. Sardan (et al., 2015, p. 19) afirma que toda política pública “concede bens públicos através de um arcabouço institucional, de arranjos organizacionais, e de um conjunto de regras que definem as modalidades de acesso a esse bem e as condições sociais de sua concessão”. Desta forma, em cada setor específico da sociedade são estabelecidas políticas públicas, como por exemplo na: educação, segurança, transportes, saúde, meio ambiente, assistência social e outros. Quando os cidadãos enfrentam algum problema nestas áreas o Estado intervém através das políticas públicas para auxiliar a sociedade de alguma forma. Geralmente, quanto maior o impacto negativo de determinado problema social sobre as pessoas, maior é a necessidade de formular e implementar uma política pública para mitigar as causas e os efeitos do mesmo. Um caso recente que causou forte mal-estar na sociedade foi o das arboviroses (Zika, Dengue e Chikungunya). Em meados de outubro de 2015 o Estado de Pernambuco notificou o Ministério da Saúde devido o aumento de casos de microcefalia em bebês como estando possivelmente atrelados ao Zika vírus (ZIKV). A partir de então diversas ações foram adotadas pelo Governo Federal para tentar compreender esta problemática. Além dos casos de microcefalia houve um aumento nos casos de Dengue, Zika e Chikungunya ao ponto de ser necessário declarar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) devido as implicações destas enfermidades na saúde humana. A Emergência devido à epidemia arbovirótica ocorreu durante 18 meses, de novembro de 2015 a maio de 2017, em torno de 1,7

milhão de pessoas apresentaram sintomas ou foram diagnosticadas com Dengue, Zika e Chikungunya em todo o Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). Na Paraíba, entre 2015 e 2017, já foram notificados cerca de 95.800 casos suspeitos de Zika, Dengue e Chikungunya, sendo 20 óbitos atrelados a estas enfermidades (SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017). Várias ações foram tomadas pela Presidência da República em parceria com os Governadores de Estado e Prefeitos para compreender a problemática e verificar as melhores formas de atuação. Diante disso, questiona-se: quais políticas públicas foram estabelecidas pelos Governos Federal e Estadual para auxiliar os sequelados pela recente epidemia arboviral no semiárido paraibano? Com base nesta problemática o presente estudo teve por objetivo investigar quais políticas públicas foram estabelecidas nos âmbitos Federal e Estadual para auxiliar os sequelados no semiárido paraibano pela última epidemia arboviral ocorrida no Brasil. A mobilização nacional para a questão da Zika, Dengue e Chikungunya entre 2015 e 2017, e em especial para o elevado número de vítimas que estas doenças causaram em todo o país, especialmente na Paraíba, justificam a necessidade de saber como a União e o Estado agiram perante os sequelados destas enfermidades. **Metodologia:** Para alcançar o objetivo proposto e responder a problemática do estudo, foi realizada uma pesquisa exploratória de caráter quanti-qualitativo em documentos e base de dados oficiais do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba. Foram recolhidos para análise Boletins Epidemiológicos e Informativos de Saúde que tratam da temática em questão. **Resultados e Discussão:** As principais ações do Governo Federal no tocante à epidemia arboviral de 2015-2017 estão concentradas no site <<http://combateaes.saude.gov.br>>. Verifica-se que o Ministério da Saúde tem atuado de maneira integrada com as secretarias estaduais e municipais de saúde, e com outras entidades nacionais e internacionais. A linha do tempo do Ministério da Saúde (2017) aponta diversas ações que foram tomadas pelo Governo Federal no tocante à recente epidemia arboviral vivenciada no Brasil, entre elas, destacam-se: (1) o Programa Nacional de Apoio e Orientação às Gestantes sobre a prevenção das arboviroses; (2) envio das Forças Armadas para combater à disseminação do mosquito *Aedes aegypti* em determinados Estados; (3) lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento à Microcefalia, envolvendo três eixos: mobilização e combate ao mosquito, atendimento às pessoas, e desenvolvimento tecnológico, educação e pesquisa; (4) lançamento do Protocolo de Atenção à Saúde e Resposta à Ocorrência de Microcefalia Relacionada à Infecção pelo Vírus Zika, que orienta o atendimento desde o pré-natal até o desenvolvimento da criança com microcefalia, em todo o país; (5) distribuição de repelentes e envio de larvicidas para os Estados; (6) capacitação de laboratórios e encomenda

de testes para a realização do diagnóstico de Zika, Chikungunya e Dengue; (7) liberação de recursos financeiros; (8) “campanhas de sensibilização” realizadas em escolas e nos bairros das cidades; (9) edição de Medida Provisória que libera a atuação de agentes de combate às endemias em residências e terrenos em situação de abandono; e entre outras ações. Em se tratando de políticas públicas em si, estabelecidas no âmbito do Governo Federal para auxiliar os sequelados pelos arbovírus, verificaram-se a tomada das seguintes ações: (1) Para ampliar a assistência aos vitimados, foram destinados R\$ 125,2 milhões à habilitação de Centros Especializados em Reabilitação (CER) e novas equipes de Núcleos de Apoio de Saúde da Família; (2) Ampliado o acesso ao diagnóstico e à assistência de gestantes e bebês com repasses federais para esses atendimentos de R\$ 52,6 milhões por ano (parte deste valor é destinado para a manutenção de instituições que acolhem mães de crianças com microcefalia e doenças relacionadas ao Zika vírus); (3) O Ministério da Saúde passou a priorizar programas de residência médica relacionados às doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* no intuito de aumentar o número de profissionais da saúde atuando no atendimento aos vitimados, principalmente nas regiões com maior concentração de casos da doença; e (4) O Ministério das Cidades passou a dispensar o sorteio para candidatos ao programa Minha Casa, Minha Vida que possuam membro da família com microcefalia. Em se tratando das ações implementadas pelo Governo Estadual constatou-se que o Estado da Paraíba, a partir de seu “Plano Estadual para Contingência da Dengue, Zika e Chikungunya”, atuou com base em sete eixos (SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017): (1) Vigilância Epidemiológica – orientando as secretarias municipais no tocante ao tratamento dos casos suspeitos e confirmados das doenças; (2) Controle Vetorial – produzindo boletins epidemiológicos, acompanhando os Levantamentos Rápidos do Índice de Infestação por *Aedes aegypti* (LIRAA) nos municípios e monitorando as ações de bloqueio de transmissão vetorial com utilização de agrotóxicos; (3) Atenção ao Paciente – disponibilizando estabelecimentos hospitalares; (4) Comunicação, Mobilização e Publicidade - Apoiar a comunicação das Secretarias Municipais de Saúde nas ações de comunicação e mobilização para controle do *Aedes aegypti*; (5) Gestão – garantir recursos para operacionalização das ações a nível estadual e municipal; (6) Rede Laboratorial – receber amostras e analisar a sorologia dos casos suspeitos das doenças; e (7) Educação Continuada – promover e realizar eventos para disseminar conhecimentos sobre as arbovirose. Os dados apontam que durante e após a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional de 2015/2017 as ações do Governo Federal e do Estado da Paraíba foram centradas no combate ao vetor das doenças, apenas quatro ações expressivas foram tomadas pela União para auxiliar os sequelados das

arboviroses, mesmo assim as mesmas possuem um caráter generalista, não enfocam as particularidades vivenciadas pelos paraibanos. Os dados mostram que o Estado paraibano tomou uma série de medidas para tentar controlar a disseminação do *Aedes aegypti*, como: distribuição de repelentes, inseticidas e pulverizadores, oferta de capacitações, visitas domiciliares para identificação de possíveis focos do mosquito vetor, e entre outros; no entanto, para auxiliar os cidadãos atingidos pelas enfermidades pouco tem sido feito. **Considerações Finais:** Diante dessas informações é possível constatar que não foram efetivadas grandes ações voltadas para os sequelados da Zika, Dengue e Chikungunya entre 2015 e 2017. Tanto o Governo Federal quanto o Estadual concentraram suas ações no combate ao mosquito. Devido o grave quadro clínico destas doenças envolvendo síndromes neurológicas e hemorrágicas que se prolongam por toda vida, impedindo as pessoas de trabalharem e terem uma “vida normal”, é preciso estabelecer medidas de auxílio para estes sequelados, pois a população que mais sofreu (continua e continuará sofrendo) com as arboviroses é justamente a menos favorecida socioeconomicamente.

Palavras-Chave: Saúde; Políticas Públicas; Epidemia Arbovirótica; Paraíba.

Fomento

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo. **RBCS**, Vol. 14, n. 40, junho de 1999, p. 111-141.

CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 41, São Paulo: 1996, p. 25-52.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, junho de 2000, p. 211-259.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretária de Vigilância em Saúde. **Boletim epidemiológico**. Vol. 48, Nº 19, Brasil, 2017. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/1255-secretaria-svs/boletim-epidemiologico/23310-numeros-antiores>>. Acesso em 10 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Prevenção e combate Dengue, Zika e Chikungunya. **Ações do Governo Federal**. Linha do Tempo. Disponível em:
<<http://combateades.saude.gov.br/pt/linha-do-tempo>>. Acesso em 10 ago. 2017.

PARAÍBA. Secretaria de Saúde do Estado. **Vigilância em Saúde**. Disponível em:
<<http://paraiba.pb.gov.br/saude/vigilancia-em-saude>>. Acesso em 10 ago. 2017.

PARAÍBA. Secretaria de Saúde do Estado. **Plano Estadual de Contingência das Arboviroses Dengue, Zika e Chikungunya 2017**. Disponível em:
<<http://static.paraiba.pb.gov.br/2017/04/Diario-Oficial-11-04-2017.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2017.

SARDAN, Jean-Pierre Olivier de; HAMANI, Oumarou; ISSALEY, Nana; ISSA, Younoussi; ADAMOUC, Hannatou; OUMAROU, Issaka. O maná, as normas e as suspeições: as contradições da transferência de renda vistas de baixo. Trad.: Xavier Faure. **Raízes**, v. 35, n. 2, jul-dez de 2015.